



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

**PAUL VIDAL DE LA BLACHE E A CONSTRUÇÃO DA GEOGRAFIA HUMANA:
TENSÕES E RELAÇÕES ENTRE O HISTORICISMO NEOKANTIANO E O
EVOLUCIONISMO POSITIVISTA**

DEYSE CRISTINA BRITO FABRÍCIO

Monografia apresentada ao
Curso de Geografia da
Universidade Estadual de
Campinas, como requisito
parcial para obtenção de grau
de bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Vitte
Departamento de Geografia.

Campinas, 2012

Índice - páginas

1. Agradecimentos.....	2
2. Resumo.....	4
3. Introdução.....	4
4. Hipótese de trabalho.....	5
5. Objetivos Gerais.....	5
5.1. Objetivos Específicos.....	5
6. Métodos.....	6
7. Contexto histórico em Paul Vidal de La Blache.....	8
8. Sistematização da geografia e seu contexto filosófico.....	18
9. A obra “Princípios de Geografia Humana” e a geografia regional.....	31
10. Discípulos de Paul Vidal de La Blache e as monografias urbanas....	38
11. Conclusão.....	43
12. Referências Bibliográficas.....	44

1. Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, aos meus pais e ao meu marido Hicham, por terem me apoiado no curso de Geografia. Agradeço, também, aos professores e funcionários do curso de graduação da UNICAMP e da UNESP-Ourinhos. Merecem meus agradecimentos todos os meus amigos que me apoiaram nessa etapa e as minhas professoras inesquecíveis, Maria Teresa Mantoan, da Faculdade de Educação da UNICAMP, Lúcia Alves da Costa, do Centro de Línguas (CEL), e Cláudia de Queiroz, minha professora de música. Este trabalho também contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Se os tubarões fossem homens, eles naturalmente fariam guerra entre si a fim de conquistar caixas de peixes e peixinhos estrangeiros. As guerras seriam conduzidas pelos seus próprios peixinhos. Eles ensinariam os peixinhos que, entre os peixinhos e outros tubarões existem gigantescas diferenças.

Bertolt Brecht

2. Resumo

Este trabalho visa o estudo da obra *“Princípios de Geografia Humana”*, de Paul Vidal de La Blache, a partir de seus pressupostos científicos e filosóficos, como o embate entre o positivismo evolucionista e o neokantismo. Essas concepções influenciaram a geografia francesa no contexto da passagem do século XIX ao XX. Para fins metodológicos utilizaremos duas vertentes complementares: a *Hermenêutica Filosófica* (Gadamer, 1998) e a *Historiografia Contextualista* (LENOIR, 2004).

3. Introdução

Paul Vidal de La Blache (1845-1918) é considerado o fundador da Escola francesa de Geografia. Sua carreira como docente ganha importância a partir de 1872, quando passa a ocupar a cátedra de História na Universidade de Nancy. Situado no contexto de institucionalização da Geografia, La Blache passa a lecionar esta disciplina na mesma Universidade, em 1875. Em Nancy o autor tem contato com a geografia produzida na época, que se resumia a inventários de viagem, com uma característica muito forte de auxílio à história, carecendo de sistematização (Bonneton, 1993, p.81). Quanto à sua importância na história do pensamento geográfico, *“(…) Vidal fue el creador de una escuela cuya extensión fue tan grande que llegó a coincidir con la escuela nacional de geografía francesa”* (Capel, 1981, p.328). Sua obra de destaque para a geografia regional francesa é *Princípios de Geografia Humana*, publicada postumamente, em 1922, por Emmanuel de Martonne.

Na passagem do século XIX ao XX a geografia era encarada como auxiliar da história. Por isso, a geografia lablachiana, em sua importância, responde pela criação de tipologias próprias à geografia, em vias de sistematização, e centra-se no estudo da relação entre o homem e o meio, temática que até a atualidade permanece recorrente, além de retomar discussões em relação ao conceito de *região*, que na geografia também permanece uma temática atual.

Nossa análise da geografia regional a partir do método concebido por Paul Vidal de La Blache parte de uma premissa, o fato de que a construção da geografia humana francesa viveu uma constante tensão entre o historicismo neokantiano e o evolucionismo positivista,

marcando fortemente a cognição sobre a espacialização das sociedades (GOMES, 1996, p.192-194).

O criticismo neokantiano afirmou o fatalismo histórico marcado pelo dualismo, exercendo forte influência no filósofo Henri Bergson, que buscou desenvolver uma filosofia e uma metodologia científica fugindo do rigor positivista, trazendo a importância da intuição (GOMES, 1996, p. 193).

Por outro lado, enquanto país colonial a França visava uma justificção ideológica para o seu projeto de expansão pela África e sudoeste asiático. Para isso, realizou uma leitura menos radical do darwinismo social, diferente dos trabalhos da Escola Alemã (VITTE, 2009).

É no complexo inter-cruzamento entre essas posições filosóficas, metodológicas e no contexto da luta imperial que se configura a Escola Francesa de Geografia e a contribuição central de Paul Vidal de La Blache para o estabelecimento da chamada “Geografia Humana”.

4. Hipótese de trabalho

Paul Vidal de La Blache estruturou a Escola Francesa de Geografia a partir do livro “*Princípios de Geografia Humana*”. Suas ideias e reflexões resultaram de um complexo processo de intercruzamento entre o neokantismo historicista e postulados evolucionistas.

5. Objetivo Geral

Analisar a obra de Paul Vidal de La Blache, “*Princípios de Geografia Humana*”.

5.1. Objetivos Específicos

1. Caracterização social, cultural e econômica da passagem do século XIX ao XX.
2. Caracterização do pensamento científico e filosófico da passagem do século XIX ao XX, com destaque para o neokantismo historicista e o evolucionismo.
3. Caracterizar o momento de formação da Escola Geográfica Francesa, com a atuação de Paul Vidal de La Blache.

4. Caracterizar a noção de gênero de vida e de tipologias regionais.
5. Caracterizar a contribuição do método regional para a ciência geográfica.

6. Métodos

Optamos por trabalhar com duas metodologias que se complementam: A *Hermenêutica Filosófica*, de Gadamer (1998); e o que podemos denominar de *Historiografia Contextualista*, teorizada por Timothy Lenoir (2004). A interpretação hermenêutica possibilita a compreensão de um período específico na história, a partir do estudo de suas obras, encadeando um novo discurso a partir do discurso inicial. Gadamer, explicando sobre a interpretação hermenêutica, exemplifica a opção e a importância que demos a essa metodologia para a presente pesquisa. A hermenêutica visa “[...] *escutar beatificamente a voz que lhe chega do passado, mas, ao refletir sobre a mesma, recoloca-a no contexto em que ela se originou, a fim de ver o significado e o valor relativos que lhe são próprios*” (1998).

Assim, inserimos as obras de Paul Vidal de La Blache no contexto de sua formação, com as interações que se sucederam no processo de institucionalização da Geografia Francesa.

Lenoir projeta uma perspectiva de estudo dos processos históricos em um recorte denominado de micro-história (Lenoir, 2004), ou seja, propõe construir micro-estudos de um contexto específico e particular. Este autor estudou a formação das instituições e disciplinas científicas, analisando os processos pelas quais estas se consolidaram. Para Lenoir a micro-história possibilita “[...] *explorar os processos dinâmicos pelos quais as instituições que constituem e apóiam as ciências são formadas*” (2004), e de como a ciência se desenvolve enquanto prática cultural.

Enfatizo a maneira como essa ciência, na condição de prática cultural, está imbricada em uma rede sem costuras com outras formas de práticas sociais, políticas, inclusive estéticas, e eu trato as formações das disciplinas e das instituições científicas como sítios para a construção e sustentação de formas de identidade social e cultural, situadas relativamente a estes outros corpos culturais (LENOIR, 2004).

Portanto, compreender a institucionalização da Geografia na França é compreender toda a rede de práticas sociais, culturais, políticas e econômicas que

contribuíram para a sua concretização, tomando certas junções como cruciais: a ciência institucionalizada e aplicada aos interesses imperialistas; o “historicismo” e suas repercussões para o pensamento geográfico; a forma de utilização do positivismo e do evolucionismo na teorização do espaço etc.

Sobre as disciplinas científicas, reflexo da ciência institucionalizada, Lenoir coloca que *“Disciplinas científicas [...] trazem engasgadas em si a estrutura das relações gerais de poder da sociedade, enquanto a atividade de seleção e doutrinação própria de cada campo disciplinar contribui para sustentar essa estrutura”* (2004).

Assim, a Hermenêutica filosófica será aplicada na compreensão das relações entre o contexto específico da França na passagem do século XIX ao XX, com os autores e pensamentos estudados; e a Historiografia contextualista será aplicada no estudo mais específico da institucionalização da geografia neste período.

7. Contexto histórico em Paul Vidal de La Blache

Sabendo que a obra lablachiana estruturou um arcabouço metodológico e temático para a construção da geografia humana francesa, com a importância da geografia regional, inicialmente precisamos compreender os pressupostos científicos e filosóficos que a nortearam, como a relação e o embate entre o positivismo evolucionista e correntes historicistas. Desse modo, a passagem do século XIX ao XX requer uma caracterização do pensamento científico e filosófico vigentes, com suas relações quanto aos aspectos sociais, culturais e econômicos do período, a fim de compreendermos o momento de formação da Escola Geográfica Francesa.

Para entendermos o contexto do período, a leitura do historiador Hobsbawm (2003, 2004) auxiliou-nos, a partir de sua ampla análise da época.

De início, Hobsbawm (2004) escreve sobre o período situado entre 1848 e 1875, denominado por ele de *Era do capital*. O título de sua obra refere-se ao momento em que o capitalismo atinge o “*triunfo global*” (p.19), através de um amplo processo, marcado por mudanças sociais e econômicas. Na verdade, esse processo remonta a uma época anterior, denominada pelo autor de *Era das revoluções*, abrangendo os anos entre 1789 e 1848, quando ocorre “*uma dupla revolução: a transformação industrial, iniciada largamente e confinada à Inglaterra, e a transformação política associada e largamente confinada à França*” (p.20).

Na França, o ano de 1789 marca a derrubada do Antigo Regime, quando ocorrem lutas contra as monarquias absolutas, contestando o direito divino dos governantes. Nesse processo, por trás dos ideólogos da sociedade burguesa, estava também o papel insurgente das massas, “*descontentes e sem lugar*”, reivindicando mudanças sociais (Hobsbawm, 2004, p.20). Resultando dessas revoluções políticas dissolve-se a ideia do rei como “*senhor dos bens e das riquezas do reino*”, instituindo a propriedade privada como direito do indivíduo, que se torna, não mais um súdito ou vassalo, mas um cidadão (CHAUÍ, 2003, p.376).

A *Era do capital* é o período de triunfo dos ideais burgueses e do capitalismo liberal, acreditando num “*contínuo progresso material e moral*” para a sociedade, trazendo um mundo “*de crescente esclarecimento, razão e oportunidade humana [...]*” (HOBSBAWM, 2004, p.19).

Por isso, os acontecimentos da Revolução Francesa impulsionam a ascensão da burguesia e o desenvolvimento do capitalismo, trazendo modificações nas relações de trabalho, pela dissolução dos antigos pactos feudais e a instituição da propriedade privada. Nesse descontínuo e complexo contexto, tem origem a Primeira Revolução Industrial, na Inglaterra, trazendo implicações essenciais na organização da sociedade: *“criação de grandes empresas industriais e comerciais, desenvolvimento do patronato, do assalariado burguês e da classe operária”* (DAUMARD, 1985, apud ORTIZ, 1991, p.14).

O alinhamento verificável, nesse momento, entre revoluções industriais e sociais, porém, modifica-se por volta de 1848, quando instaura-se uma fase de crise econômica, eclodindo revoluções e agitações sociais, inseridas na chamada “Primavera dos povos” (Hobsbawm, 2004, p.33). Esse período teve como consequência a vitória da burguesia, que consegue proteger seus interesses, sufocando as reivindicações da massa de trabalhadores. É nessa época que a burguesia deixa de ser uma classe alinhada com as revoluções sociais, optando pela ordem, a fim de sustentar suas ideologias e bases. *“[...] A revolução política recuou, a revolução industrial avançou”* (p.20).

Esse momento marca, então, o triunfo no pensamento burguês europeu no mundo, com crescente industrialização e expansão econômica, através de tratados em prol da livre iniciativa que, seguindo a crença liberal, acabam impulsionando uma significativa expansão do comércio mundial (HOBSBAWM, 2004, p.66).

A consequente intensificação das trocas comerciais foi proporcionada, também, em grande medida, pelo importante aperfeiçoamento dos transportes e das comunicações. Dentre as inovações, foram muito marcantes os navios a vapor e as estradas de ferro, associando-se, por sua vez, ao uso do carvão mineral e, logicamente, do ferro. Já a melhoria das comunicações foi viabilizada pelo advento do telégrafo. De uma maneira geral, essas inovações marcam avanços sem precedentes.

A chegada da estrada de ferro [...] foi em si um símbolo e uma conquista revolucionários, já que a construção do planeta como uma economia interativa única era, de várias formas, o aspecto mais espetacular e de maior alcance da industrialização (HOBSBAWM, 2004, p.68)

Como esclarece Hobsbawm (2004, p.22), *“[...] o drama mais óbvio desse período foi econômico e tecnológico [...]”*. A Era do capital viveu muitas operações militares, calcadas nas vantagens de uma *“superioridade organizacional ou tecnológica”*, como ocorreu nas

campanhas europeias pelo mundo, nas guerras de unificação alemã (1864-1871) e na Guerra Civil Americana, que foi ganha “*pelo peso do poder econômico e dos recursos superiores*” (p.22). Por isso, tal época marca “[...] *o drama do poder europeu e norte-americano, com o mundo a seus pés*” (p.22).

Nessa dinâmica, a expansão da industrialização, por volta de 1860, origina um complexo jogo de forças para o comércio mundial. A predominância da Inglaterra sofre alterações pelo surgimento de “*outras potências essencialmente industriais e capitalistas: [...] os Estados Unidos, a Prússia (Alemanha) e, muito antes disso, a França, tendo o Japão se somado mais tarde*” (Hobsbawm, 2004, p.121-122). Vale notar que, dentre esses países, a Alemanha ascendia como potência industrial e tecnológica, constituindo uma posição decisiva no continente europeu.

Assim, a *Era do capital* também foi marcada por uma política, internacional e doméstica, embasada no princípio da nacionalidade. O mundo liberal burguês seria formado por nações, em que algumas conseguiriam prevalecer, fosse em virtude da história ou do triunfo na luta pela existência (Hobsbawm, 2004, p.131). Por esse motivo, a nação existiria de forma natural e lógica, sendo constituída por um “*território coerente*”, habitado grupos apresentando história e cultura comuns (p.127).

A partir dessa ideologia, as potências europeias, muito otimistas e confiantes nos progressos da civilização proporcionados pela razão e pela ciência, alastrariam o modo de produção capitalista a outros continentes, conformando “*um mundo refeito à imagem da burguesia*” (Hobsbawm, 2004, p.102). Por conseguinte, é a época do triunfo do capitalismo pelo globo. “*O mundo inteiro tornou-se parte dessa economia*” (p.70).

Essas circunstâncias históricas articulam-se intensamente com as ideias científicas e filosóficas da época. A natureza, antes considerada inviolável, foi “desencantada”, passando a ser manipulada através da crença na exploração racional, proporcionada pelo desenvolvimento tecnológico. A confiança no progresso, na civilização e na vida urbana estava arraigada na sociedade, com o predomínio da racionalidade científica, marcada pela corrente positivista, que coloca “[...] *em segundo plano os pontos de vista ético e existencial*” (LENCIONI, 1999, p.121).

Segundo Capel (1981, p.268-273) o positivismo é uma metodologia científica e também uma concepção filosófica que se desenvolveu na Europa, em meados do século XIX, sendo uma herança do Século das Luzes, quando pensadores enciclopedistas se

posicionaram a favor de reformas sociais e do conhecimento racional, livre das ideologias religiosas e aristocráticas. No século XIX, porém, com o pensamento de Augusto Comte, considerado o fundador do positivismo, tal corrente filosófica assume uma visão de mundo claramente conservadora, justificando cientificamente a ordem social burguesa estabelecida, entendida como a mais avançada (LOWY, 1987, p.27).

A corrente positivista pressupõe que a sociedade segue leis naturais de evolução, “*invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas*” (Lowy, 2003, p.17). Por tratar-se de uma corrente antimetafísica, o pesquisador, neutro, precisa observar os fatos empiricamente, sem indagar-se acerca da “*causa última dos fenômenos*”, formulando, por fim, leis gerais e naturais (LENCIONI, 1999, p. 80).

As leis gerais da humanidade seguiriam uma tendência evolutiva calcada nos crescentes e acumulados progressos da civilização e da ciência, considerada infalível. Por isso o positivismo esteve muito ligado à vertente do evolucionismo biológico. Sendo assim, as formulações evolucionistas, inicialmente lamarckistas e posteriormente darwinistas, modificaram muitas das concepções científicas no século XIX.

Lamarck colocava a ideia de “herança dos caracteres adquiridos”, entendendo que, nos organismos, “[...] tudo o que foi adquirido, perdido ou modificadona organização dos indivíduos é conservado e transmitido mediante a geração de novos indivíduos”, ou seja, é transmitido aos seus descendentes (Abbagnano, 1978, V. XI, p.12). Além disso, a “lei do uso e do desuso” enuncia a tendência ao desenvolvimento dos órgãos em uso e o atrofiamento de órgãos sem utilização. Por fim, segundo Lamarck, “[...] *a vida, pela sua própria força, tende continuamente a aumentar o volume de cada corpo vivo e a estender as suas partes*” (p.12).

Em continuidade às teorias que explicavam a evolução, a teoria da *seleção natural* modificou o pensamento científico no século, tendo sido desenvolvida por Charles Darwin (1809-1882). Acreditava-se que o meio selecionava os mais aptos, dotados de maiores chances reprodutivas, e estes passariam suas características aos seus descendentes. Diferentes meios selecionariam de maneiras diferentes, resultando em indivíduos também diferentes.

Junto a essa teoria, a negação radical da teologia trouxe a ideia de que não há objetivos nem finalidades na *seleção natural* e na evolução. Instaurava-se uma nova confiança para o desenrolar da ciência. O método para o conhecimento seguiria uma lógica a

partir da experimentação empírica, que se aplicaria ao estudo das ciências naturais e também às ciências humanas, ambas vistas como uma unidade.

O contexto de aproximação das leis naturais com a sociedade, entretanto, levou a uma vertente do evolucionismo chamada “darwinismo social” que, segundo Mamigonian (1999), foi uma das ideias mais difundidas entre as classes dominantes na Europa e nos Estados Unidos, nas três últimas décadas do século XIX. Seu principal ideólogo foi o filósofo Herbert Spencer (1820-1903), que sofreu influências várias, remontando ao pensamento de A. Smith, Malthus, Lamarck e Darwin. Spencer aplica os princípios evolucionistas ao conhecimento da realidade, da vida social, psíquica e ética, formulando a expressão “sobrevivência do mais forte”. A evolução explicaria os princípios mais gerais de todas as ciências. Nessa linha, utilizava-se a ideia de “luta pela vida” para explicar o progresso das sociedades e a “superioridade das elites”, pela seleção do “mais apto”. Apresentando como referência os conceitos de adaptação, função e organismo social, havia o pressuposto da existência de leis universais que levariam ao progresso da sociedade.

Dessa maneira, a teoria de H. Spencer, baseada no positivismo evolucionista, uma corrente teórica bastante múltipla, trazia a ideia de progresso à humanidade, revelado no mundo em sua totalidade, dentro da “*doutrina do progresso universal*” (Abbagnano, 1978, V. XI, p.17). É na sua obra *Primeiros Princípios* que Spencer designa as características da evolução como um processo necessário.

A primeira determinação da evolução é que ela é uma passagem de uma forma menos coerente a uma forma mais coerente. O sistema solar (que saiu de uma nebulosa), um organismo animal, uma nação, mostram, no seu desenvolvimento, esta passagem de um estado de desagregação a um estado de coerência e de harmonia crescentes (ABBAGNANO, 1978, V.I XI, p.21).

Dentro do chamado darwinismo social, Spencer desenvolveu uma ética pautada na biologia, explicando a “[...] *adaptação progressiva do homem mesmo às suas condições de vida. Tal adaptação implica não só um prolongamento da vida mas a sua maior intensidade e riqueza.*” (Abbagnano, 1978, V. XI, p.27). Nesse sentido, a evolução, que traria maior riqueza à humanidade, dividiria o mundo entre selvagens e civilizados, marcando forte tendência à crença em “raças superiores”. Segundo as formulações de Spencer, “*Entre a vida de um selvagem e a de um homem civilizado não existe só uma diferença de duração, mas também*

de extensão: a do homem civilizado implica a consecução de fins muito mais variados e ricos, que a tornam mais intensa e extensa” (p.27-28).

O pensamento de Spencer introduz termos biológicos, como “função”, para a explicação da sociedade, que se mostra comparada a um organismo em crescimento, diferenciação e, conseqüentemente, em evolução: “[...] *cada raça primitiva de organismos seria o tronco de outras raças, mais ou menos diferentes dela e diferentes entre si; e se bem que algumas chegassem a extinguir-se, muitas sobreviveriam à perturbação seguinte, diversificando-se, por sua vez, como as anteriores*” (SPENCER, 1939, p.75).

Em prosseguimento a essa ideia, Spencer (1939, p.78) escreve: “[...] *a filologia mostra claramente que cada um dos grupos e raças que hoje é fácil distinguir provém duma só raça, e que a dispersão duma raça em climas e condições de existência diferentes originou muitas formas modificadas da mesma*”.

Com heranças lamarckistas, o pensamento de Spencer a respeito do progresso no organismo social preserva a ideia de herança dos caracteres adquiridos:

A evolução concebida como um processo cósmico operando através de uma lei universal requer um mecanismo causal uniforme, um mecanismo igualmente aplicável aos: fenômenos sociais e biológicos. A transmissão, através da cultura, de características adquiridas como mecanismo de transmissão na evolução orgânica, para que as duas pudessem ser reunidas em um sistema evolucionista (HIRST, 1977, p.29-30).

Para Spencer a evolução social estaria embasada na pressão populacional, produzindo diferenciação e adaptação. É assim que *“novas formas podem ser superiores às antigas”* (Hirst, 1977, p.14). Nisso *“formas superiores sucedem a formas inferiores”*, levando ao progresso (p.14).

O ideal burguês entendia que a seleção natural darwinista e a evolução da humanidade seriam impulsionadas pelo liberalismo, com seus princípios de livre comércio e de competição. *“La idea de progreso, verdadero supuesto básico de la moderna cultura europea y motivo de continua satisfacción para el hombre decimonónico, se encontraba por fin confirmada científicamente”* (NÚÑEZ, 1977, p. 7-8, apud GOMEZ et al, 1994, p.32).

Todo esse clima de confiança, porém, viu manifestar-se sua contrapartida. Hobsbawm (2004, p.24) escreve que *“a certeza e a autoconfiança estavam erradas”*. O *“triunfo mundial do liberalismo”* (p.103) acabou por apresentar-se *“breve e temporário”* (p.24). As limitações daquele otimismo começaram a ficar evidentes por volta de 1870, quando os

avanços técnicos gerados pela Primeira Revolução Industrial apresentavam sinais de esgotamento.

Por essa razão, o início da *Era dos impérios* (1875-1914), conforme denomina Hobsbawm (2003), é marcado por um período depressivo na economia, dissonante em relação à confiança e crescimento verificados na fase anterior.

Os anos decorridos entre 1873 e 1896 pareceram a muitos contemporâneos um assombroso desvio da experiência histórica. Os preços caíram de maneira desigual e esporádica, mas inexorável [...] Foi a mais drástica deflação da história do homem. A taxa de juros também caiu [...] E os lucros encolheram [...] O sistema econômico parecia estar desmoronando (LANDES, 1994, p.239).

Segundo Landes (1994, p.241), em contraste com aquela época de grande expansão sucedeu uma grande depressão. Instaura-se um clima de incertezas para a burguesia, acompanhado de “*agitação social e descontentamento*”, que se manifesta de diversas formas, marcando conflitos entre os empresários e o operariado, a exemplo dos episódios da Comuna de Paris.

Evidencia-se um ambiente de contestação, criticando as crenças no progresso e na racionalidade humana, apresentando repercussões nas ideias filosóficas da época. O prestígio do racionalismo positivista se mantém, mas acaba sendo alvo de ideias contestatórias. Gaillard (2003, p.152) escreve que as primeiras manifestações dessa ordem permearam as ciências exatas, na física e na matemática, quando estudos eletromagnéticos colocam novos desafios, não mais explicáveis pela mecânica clássica. Nesse processo, têm desenvolvimento os estudos de Max Plank, em física quântica, e de Albert Einstein, com a Teoria da Relatividade, modificando as concepções científicas sobre o espaço.

Nessa época têm destaque os estudos de Sigmund Freud (1856-1939), colocando a existência e a importância de aspectos mentais não governados pela razão, como os sonhos e os pensamentos inconscientes (Gaillard, 2003, p.153). Desenvolve-se, também, a corrente neokantiana na Alemanha, resgatando a filosofia e contestando a ideia de valores universais, como veremos adiante.

Todas as inovações no conhecimento, surgidas no período, acabam por questionar a infalibilidade da ciência, bem como as leis da natureza como fundamento para explicar a sociedade. “*Hay que mirar al mundo de outra forma, admitir la imprevisibilidad, la irracionalidad, [...] la incertidumbre [...]*” (GAILLARD, p.153).

No campo da história francesa, as perspectivas de liberdade humana frente à natureza tiveram impulso com o historiador Michelet, mostrando que *“esta libertad era el resultado de la iniciativa humana”* (Berdoulay, 1983), trazendo condicionamentos geográficos que influenciariam a obra de Paul Vidal de La Blache, com a ideia do homem como agente geográfico e modificador da natureza.

Así, la ciencia y la filosofía atacan los marcos de la sociedad, su sistema de valores, sus convenciones o modos de representación, el modo en que la sociedad aprehende lo real y da cuenta de ella, expresando así la profunda crisis de valores del siglo XIX [...] (GAILLARD, 2000, p.154).

Dessa maneira, num plano econômico, a depressão da década de 1870, marcada pelo questionamento das crenças burguesas e do evolucionismo puro, traz certa dissipação, também, das bases liberais predominantes, aparentemente estáveis, inaugurando um novo período, com alterações políticas, filosóficas e sociais.

Em vista dessa conjuntura, Hobsbawm (2003, p.69) aponta a ocorrência de determinada *“reação política instintiva”*, que consistiu no aumento significativo da participação dos Estados na economia, instituindo ações protecionistas, contrárias ao acentuado liberalismo então predominante. Essas medidas, favorecendo os interesses empresariais dos países imperialistas, alinhavam política e economia de forma crescente. Com efeito, *“a concorrência se dava não só entre empresas, mas também entre nações”* (p.68). As rivalidades políticas entre potências capitalistas industriais se acentuavam cada vez mais.

Inseridas nesse processo, as tentativas de contornar a depressão e de minimizar a concorrência entre capitalistas trazem a concentração de capitais, envolvendo empresas industriais e, também, os bancos, dando origem à importância do capital financeiro.

Foi então que a concentração e centralização do capital, sob a forma dos primeiros trustes, cartéis e outras formas de combinação, começaram a formar-se; foi então, conseqüentemente, que a estrutura moderna da indústria e das finanças capitalistas começou a tomar forma (BRAVERMAN, 1987, p.215).

A nova etapa do capitalismo, marcada pela concentração de capitais, acaba gerando *“poderosas corporações monopolistas e uma nova expansão territorial”* (Corrêa, 1991, p.61). Dessa forma, a internacionalização do capital alastra as relações capitalistas por todo o globo, abrindo novos mercados pela disputa e conquista de territórios na Ásia, mas

sobretudo na África e na Oceania (Hobsbawm, 2003, p.72). A *Era dos impérios*, assistindo a uma conjuntura depressiva inicial, confere uma crescente ampliação na base geográfica da economia, cedendo lugar ao expansionismo e à conquista colonial.

Como resultado, a década de 1890 marca um novo período de aceleração. Como escreve Landes (1994, p.243), essa nova fase expansiva foi marcada por diversos processos, modificando as relações sociais e as características econômicas, resultando num “*feixe de inovações que recebeu o nome de Segunda Revolução Industrial*”. Dentre as mudanças, houve:

(...) Dupla transformação da empresa capitalista: em sua estrutura e em seu *modus operandi*. Por um lado houve a concentração de capital, o aumento da escala, que levou à distinção entre “empresa” e “grande empresa” (...) Por outro lado, houve uma tentativa sistemática de racionalizar a produção e a direção das empresas aplicando “métodos científicos” não só à tecnologia, mas também à organização e aos cálculos (HOBBSAWM, 2003, p.82).

Nessa fase há alterações, também, no papel da ciência, que acaba sendo apropriada e convertida em “*auxiliar do capital*” (Braverman, 1987, p.138). É quando a ciência passa a ser organizada sistematicamente pelo capitalista, que institui laboratórios de pesquisa, incentivando e custeando as inovações tecnológicas. Por isso a pesquisa científica torna-se um fator estratégico às grandes empresas, proporcionando o aumento da lucratividade, através de inovações nos processos de trabalho e nos produtos industriais.

Além das inovações na organização do trabalho, baseadas na pesquisa científica, Braverman (1987, p.140) cita o notável avanço em quatro campos: “*eletricidade, aço, petróleo e motor de explosão*”. Assim, surgem novos materiais, ocorrendo intenso desenvolvimento na área da química, com destaque da borracha, “*dos metais não-ferrosos (especialmente do alumínio) e sobretudo do aço[...]*” (Szmrecsányi, 2001, p.186). Citamos, também, os avanços e inovações no campo da eletricidade que, por sua vez, conduziram “*a novos produtos, a novos processos de produção, a novos ramos industriais e a novas práticas industriais*” (p.189).

Em resumo,

[...] uma série de grandes avanços abriu novas áreas de investimento. Esses anos assistiram à vigorosa infância, senão ao nascimento, da energia dos motores elétricos; da química orgânica e dos sintéticos; do motor de combustão interna e dos dispositivos automotores; da indústria de precisão e da produção em linhas de montagem [...] (LANDES, 1997, p.243).

Outra transformação foi a crescente importância do consumo de massa, favorecida pela urbanização, crescimento populacional e aumento nos salários. Em especial, ganham destaque novos bens de consumo, como o automóvel, o cinema, o telefone e o rádio. Como escreve Hobsbawm (2003, p.82), em meio a esse contexto, “[...] *uma tecnologia revolucionária e o imperialismo concorreram para a criação de uma série de produtos e serviços novos para o mercado de massa*”.

Em vista disso, numa análise geográfica, é importante notarmos o seguinte:

(...) O fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido (HOBBSAWM, 2003, p.95).

Ressaltamos também que, por volta de 1880, “*os principais avanços tecnológicos ainda provinham basicamente do leste do Atlântico*” (Hobsbawm, 2003, p.36). A Europa seria o modelo de sociedade difundido para um mundo que se dividia entre regiões “desenvolvidas” e “atrasadas”.

Nesse momento,

[...] Os processos de desestabilização das regiões periféricas, gerados pela revolução tecnológica, vieram consagrar a hegemonia européia sobre todo o globo terrestre, que viu seus modos de vida, usos, costumes, formas de pensar e agir sufocados pelos padrões burgueses europeus (SEVCENKO, 1992, cap. 2, apud SALIBA, 2001, p. 291).

Como escreve Landes (1994, p.239), “[...] *em toda a Europa ocidental, esses anos perduraram na memória como os bons tempos*”. A *belle époque* foi marcada por grandes exposições tecnológicas promovidas na Europa, principalmente em Paris, o centro cultural. Destaca-se a exposição, em 1889, da Torre Eiffel, exibindo ao mundo as maravilhas da arte e da tecnologia desenvolvidas pelos “[...] *novos impérios coloniais: Inglaterra e França*” (LENCIONI, 1999, p.120).

8. Sistematização da geografia e seu contexto filosófico

Vitte (2009) escreve sobre algumas relações entre o contexto histórico, as concepções filosóficas e as práticas geográficas no período em estudo. Concebemos que houve uma construção ideológica por parte dos Estados europeus, principalmente, para afirmarem sua suposta superioridade e legitimarem o imperialismo, a partir da construção de uma imagem do mundo tropical como pobre e degenerado, onde as péssimas condições de vida, explicadas também pelas características físicas da área, determinariam uma inferioridade material e moral a seus habitantes.

O mundo tropical ganhava crescentemente uma imagem negativa, visto como contrário ao mundo europeu, temperado. *“Essa situação material foi simbolicamente construída pelos naturalistas e viajantes”*, bem como pelos geógrafos (VITTE, 2009, p.5).

Dessa maneira, a sistematização da geografia ganha impulso pois, conforme os interesses das grandes potências e da burguesia, que assumia o poder político, havia a necessidade de discursos científicos legitimando a ideia de que as áreas tropicais deveriam subordinar-se à influência dos países de clima temperado, para que estes levassem o progresso e a civilização a povos vistos como atrasados. Justificando, então, o imperialismo, engendrou-se um *“discurso climático e higienista, bem como machista, difundindo o determinismo da natureza sobre as características das populações”* (Vitte, 2009, p.6). Esse discurso acabava fundamentando-se no *“[...] papel da raça na dominação da natureza”*, mesclando as teorias evolucionistas darwinista e lamarckista (p.6).

Nesse período, segundo Harvey (2003, p.45),

Desenvolveu-se uma variedade de imperialismos burgueses fundados na nação e, por conseguinte, de caráter racista (britânico, francês, holandês, alemão, italiano) [...] Todos esses imperialismos esposavam suas próprias doutrinas particulares de superioridade racial, a que se conferiu uma credibilidade pseudocientífica com base no darwinismo social e, de modo geral, passaram a ver a si mesmos como entidades orgânicas presas a uma luta pela sobrevivência com outras nações-Estado. O racismo, que havia longo tempo espreitava nos bastidores passou então ao primeiro plano do pensamento político.

Engendrou-se a ideia de que o meio, principalmente o clima, acabaria determinando o comportamento das diversas sociedades e sua evolução. As áreas temperadas seriam mais propensas à vida e ofereceriam maiores condições favoráveis ao

“progresso” da humanidade. Assim, Corrêa (1991, p.9) diz que um dos primeiros paradigmas da geografia sistematizada é justamente o determinismo ambiental, no contexto do imperialismo e dos interesses dos Estados-nação.

“O determinismo ambiental transformava em natural uma situação histórica, que é o imperialismo” (Corrêa, 1991, p. 10). Por isso, *“[...] configura uma ideologia, a das classes sociais, países ou povos vencedores, que incorporam as pretensas virtudes e efetivam as admitidas potencialidades do meio natural onde vivem [...]”* (p. 10).

Para fundamentar essas teses destacavam-se as ideias predominantes do positivismo evolucionista, com *“as teorias naturalistas de Lamarck sobre a hereditariedade dos caracteres adquiridos e as de Darwin sobre a sobrevivência e a adaptação dos indivíduos mais bem dotados em face ao meio natural”* (CORRÊA, 1991, p.9).

A importância do meio, pelo o viés determinista, acarreta novo impulso aos trabalhos científicos. Muitas ideias e conceitos foram introduzidos, como organismo, luta pela sobrevivência, seleção natural e vitória do mais forte. Como escreve Charles Darwin (2010, p.58), *“[...] a seleção natural [...] é um poder sempre pronto a atuar; poder tão superior aos frágeis esforços do homem como as obras da natureza são superiores às da arte”*.

Sendo assim, o estudo da sociedade deveria valer-se dos mesmos métodos empregados às ciências da natureza, como neutralidade, objetividade e ausência de julgamentos de valor, considerados preconceitos. *“Porquanto todo estado de paixão muito pronunciado [...] necessariamente é incompatível com o estado de observação”* (COMTE, 1978, p.14).

A ideia da unidade de método positivista, com integração entre as ciências sociais e humanas, foi essencial na sistematização da geografia e na criação de departamentos dessa disciplina em diversas universidades, já que o positivismo também esteve vinculado à *“divisão do trabalho científico”*, trazendo *“compartimentação do saber”* e o surgimento de várias ciências (Lencioni, 1999, p.80). Como escreve Comte (1978, p.11), *“[...] numa palavra, a divisão do trabalho intelectual, aperfeiçoada progressivamente, é um dos atributos característicos mais importantes da filosofia positiva”*.

Desse modo, a incorporação do positivismo evolucionista traz um caráter de unidade e cientificidade aos trabalhos da geografia sistematizada, através do emprego do método das ciências naturais para explicar a sociedade, inserindo conceitos como organismo, adaptação, seleção natural e função. Podemos dizer que o positivismo trouxe à

geografia um caráter científico, com a ideia de unidade entre fenômenos físicos e humanos, buscando-se leis gerais para explicar os povos e seu progresso. Assim, a partir de 1870 a geografia vai ganhando cientificidade como disciplina acadêmica, expoente de um ramo específico do conhecimento, rompendo, em grande parte, a diversidade de perspectivas verificadas até esse momento (CORRÊA, 1991, p.8).

Inserido no contexto de sistematização da ciência geográfica citamos o alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), importante expoente na incorporação do positivismo evolucionista, proporcionando à geografia uma colocação entre as ciências sistematizadas. Ratzel possuía formação naturalista. Foi aluno de Ernst Haeckel, estudioso que, sob uma perspectiva ecológica inovadora, relacionou a humanidade às leis evolutivas universais, introduzindo o evolucionismo na Alemanha (MORAES, 1998, p.14).

Ratzel, por sua vez, atribui à geografia e à geografia política uma perspectiva positivista evolucionista, procurando leis gerais que pudessem explicar e associar, sob uma mesma perspectiva, a sociedade e o meio natural. Ratzel, então, situa a ciência geográfica na relação homem-meio, conforme a corrente positivista. Como decorrência, segue a via do empirismo, baseada no racionalismo, dedução de leis, descrições e analogias organicistas, principalmente com relação à formação e importância do Estado, organismo em expansão.

Apesar da sua filiação ao positivismo, as influências do meio, em Ratzel, não são simples de definir. Podemos dizer, primeiramente, que sua concepção de determinismo não compactua com o modelo de causa e efeito, estrita e simplesmente. As influências da natureza “[...] *vão se exercer mediatizadas, através das condições econômicas e sociais*” (MORAES, 1998, p.55).

O caráter naturalista e determinista em Ratzel é complexo e dotado de muitas controvérsias, principalmente em virtude das intensas críticas dirigidas a ele por parte dos representantes da geografia francesa, que lhe atribuíram um caráter de determinismo puro. Dentre eles citamos o historiador Lucien Febvre e os discípulos de La Blache, Jules Sion e Camille Vallaux. Apesar disso, “*Ratzel foi um crítico do determinismo simplista*”, tentando explicar, via observação e empirismo, “*a complexa questão das influências das condições naturais sobre a humanidade*” (Moraes e Fernandes, 1990, p.10). A obra ratzeliana considera, também, o papel do progresso, capaz de romper as determinações da natureza através da transformação da Terra pelo homem (CAPEL, 1981, p.284-285).

Em seus últimos trabalhos, principalmente, Ratzel coloca a importância do componente histórico-cultural no estudo das sociedades, sendo “o primeiro autor a propor de forma explícita uma geografia do homem” (Moraes e Fernandes, 1990, p.27). Mesmo assim, em seus escritos o papel do meio continua superdimensionado se comparado aos fenômenos sociais (p.14).

Ratzel se preocupava com as leis de distribuição das populações, consideradas como organismos. Suas indagações foram dirigidas ao papel dos fatores naturais, determinando a fisiologia e o caráter de cada indivíduo. O meio também seria responsável pela evolução de determinado grupo, conforme os recursos que poderia oferecer. Em decorrência, as formas culturais seguiriam leis naturais de evolução, através de uma relação intensa com o meio. “O homem torna-se, assim, efeito do ambiente” (MORAES E FERNANDES, 1990, p.13).

Realizando generalizações, para Ratzel a humanidade é una. Cada grupo, porém, apresenta diferentes relações com o meio, encontrando-se em determinado estágio, segundo as leis evolutivas. Essa análise se aproxima do Darwinismo social, difundido por Herbert Spencer (LENCIONI, 1999, p.82).

(...) La perspectiva biológica permite edificar un razonamiento en el que los procesos humanos, sociales y políticos responden siempre a una dinámica evolutiva decisivamente determinada por las condiciones geográficas (GOMEZ et al, 1994, p.40).

Nessa concepção, um grupo comporta-se semelhante a uma espécie e possui necessidade de território, seu suporte para a sobrevivência. O Estado tem seu princípio nesse processo, visando garantir a sobrevivência dos indivíduos. Por isso, o expansionismo do Estado, encarado como fundamental e natural, focaria na manutenção do chamado “Espaço Vital”, que compõe a “[...] porção do planeta necessária para a reprodução de uma dada comunidade” (MORAES E FERNANDES, 1990, p.23).

Sob diferentes formas de adaptação existiria, sempre, a necessidade de garantir determinada porção do território através de lutas, proporcionando progresso e evolução a um grupo por ação do Estado. Insere-se uma temática inovadora na geografia, colocando como fundamentais o território e suas relações com o Estado. Conforme escreve Ratzel (1982, p.94) “[...] O Estado não pode existir sem um solo” (p.93).

Por esse motivo, precisamos considerar o contexto das formulações ratzelianas, marcado pela formação e expansão do Estado alemão. Dessa forma, as noções de “Espaço Vital” acabam alinhando-se com esses interesses políticos, através da incorporação de conceitos biológicos e ecológicos para a análise geográfica (CAPEL, 1981, p.290).

As formulações de Ratzel se inscrevem na retaguarda ideológica de tal processo. Sua teorização atua no sentido de legitimar o processo expansionista, seja através de uma naturalização da guerra e da competitividade entre as nações, seja pela apologia do Estado existente em suas obras (MORAES, 1990, p.20).

Ratzel (1982, p. 101) também escreve: “[...] À medida em que o território dos Estados se torna mais considerável, não é somente o número de quilômetros quadrados que cresce, mas também sua força coletiva, sua riqueza, seu poder e, finalmente, seu tempo de permanência.”

Em resumo, Friedrich Ratzel foi um dos primeiros geógrafos a incorporar aspectos do positivismo evolucionista, utilizando esse método investigativo com um caráter ideológico também, considerando a busca alemã por colônias. Por isso, sua obra encaixa-se nesse arcabouço, colocando o território como fundamental para a existência da nação e de seu progresso (CAPEL, 1981, p.290-291).

Nesse contexto, concepções geográficas colocam-se comumente a serviço da dominação europeia, já que entendem como naturais as relações entre meios que não se desenvolveram e precisam ser dominados por civilizações mais “evoluídas” (CAPEL, 1981, p.290). Assim, os Estados imperialistas percebem, nessa época, a importância estratégica da análise geográfica para a legitimação de suas ideias nacionalistas, justificando as disputas territoriais, englobando todo o globo.

No caso da França, principalmente após a derrota na guerra franco-prussiana, com a perda dos territórios da Alsácia e Lorena para a Prússia, o incentivo à geografia por parte do Estado francês torna-se mais evidente, inserindo esta disciplina no ensino básico.

[...] A guerra havia colocado, para a classe dominante francesa, a necessidade de pensar o espaço, de fazer uma geografia que deslegitimasse a reflexão geográfica alemã e, ao mesmo tempo, fornecesse fundamentos para o expansionismo francês (MORAES, 1998, p.64).

Após a derrota a França ainda manteve seu poderio, mas apresenta-se mais fraca que a Alemanha. Nessa rivalidade, outra guerra seria inviável para a França que, além disso, contava com menor crescimento populacional. A França opta, então, por manter sua influência mundial através da aquisição de colônias, centrando-se na África, em suas áreas oeste e central, e na Indochina. A importância da geografia, então, fica evidente, favorecendo o conhecimento e a manutenção dos territórios ocupados, além de formular justificativas ideológicas para o Estado e sua ideia de nação.

Quando mencionamos a geografia lablachiana, que por sua vez comprometia-se com os interesses do Estado francês, não podemos deixar de associar o direcionamento das críticas às concepções ratzelianas, representando um debate entre potências europeias rivais.

Além disso, é em meio à guerra franco-prussiana (1870-1871) que ocorre o esmagamento da Comuna de Paris e a instauração de um novo sistema político na França, a Terceira República. Todos esses fatores estão intimamente relacionados com os rumos tomados pelo pensamento geográfico, já que a República foi marcada por tentativas de construção da nação francesa, com a difusão de seus princípios através da escolarização universal, baseada na laicidade (MORAES, 1998, p.63).

Através do ensino há a iniciativa para a constituição da nação francesa, que “[...] requer a emergência de uma consciência que solde os franceses no interior de um mesmo território. Neste sentido, a consolidação de uma memória coletiva é um produto recente da História” (ORTIZ, 1991. p.38-39).

Nesse sentido, a valorização da história, das tradições, acaba contestando a supremacia do positivismo e a busca de leis naturais para a sociedade. Como consequência, as ciências humanas, inclusive a geografia, vão definindo seu lugar como campo específico do conhecimento, contestando a viabilidade da unidade de método.

Sendo assim, há duas vertentes filosóficas de destaque: o predomínio do racionalismo positivista, mas também o advento de correntes que se opunham a vários pressupostos deste. Nessa linha, percebemos, na passagem do século XIX ao XX, um claro debate entre o Positivismo e o Historicismo, correntes estudadas pelo sociólogo Lowy (1985, 1987).

O historicismo tem origem na Alemanha, entre o final do século XVIII e início do século XIX, apresentando-se inicialmente ligado a uma “visão histórico-romântica”, que prezava por instituições tradicionais, contrárias ao racionalismo burguês (LOWY, 1985, p.70).

Conforme antigas instituições vão perdendo poder na Alemanha, como a igreja, esse historicismo conservador adquire novas características e preocupações, estabelecendo, principalmente, formulações relativistas, contestando verdades absolutas e entendendo a historicidade de cada período. Na passagem do século XIX ao XX, o filósofo Wilhelm Dilthey realiza importantes contribuições nesse debate. “Sua obra constitui uma das primeiras tentativas sistemáticas e profundas de crítica historicista do positivismo e de seu método científico-naturalista” (LOWY, 2003, p.69).

Dilthey apresenta as “ciências naturais” como distintas das “ciências do espírito”. Insere também, o debate da objetividade, pois nas ciências sociais o homem coloca-se “como ser cultural que estuda sua própria cultura” (Lowy, 2003, p.73). É muito complicado pressupor neutralidade e distância em relação ao próprio objeto que, visto exteriormente, não pode ser apenas descrito. É necessária a compreensão de seu significado. Dessa maneira, as formulações das ciências sociais serão sempre relativas à história, pois seu objeto é resultado de construções históricas, substituindo a ideia de verdades absolutas pelo relativismo. “A historicidade essencial ou constitutiva do homem e, em geral, do mundo humano, é a primeira tese fundamental de Dilthey” (ABBAGNANO, 1978, v. XII, p.211).

Essa concepção se encontra, também, no filósofo francês Henri Bergson (1859-1941), colocando o tema da liberdade, “[...] de la inserción del espíritu em la materia, de la posibilidad del libre albedrío del individuo contra las leyes del determinismo” (Gaillard, 2000, p.153). Para Bergson, “A vida é sempre criação, imprevisibilidade e, ao mesmo tempo, conservação integral e automática de todo passado. Tal é a vida do indivíduo, assim como da natureza; mas as perspectivas de uma e de outra são distintas.” (Abbagnano, 1978, V. XII, p.17). É essa ideia que se opõe entusiasticamente às concepções de Spencer, assinalando em Bergson a *Evolução Criadora* (GURVITCH, 2001, p.135).

A relativização do positivismo origina uma “nova interpretação do sentido biológico da vida” (Gomes, 1996, p.88). “Assim, o mundo natural do homem é a cultura, segundo Dilthey, e, para Bergson, não há conhecimento possível sem intuição” (p.88).

Nesse clima de distinção entre ciências naturais e ciências humanas, ideias com inspiração neokantiana, difundidas por Dilthey, resgataram certo valor às ciências humanas e à filosofia, criticando uma visão estritamente naturalista.

[...] These thinkers sought to revive the primacy of Kant's transcendental philosophy as a way of establishing and securing the scientific character of all the humanistic disciplines. Against the positivist attempt to explain all social, cultural, and historical phenomena on the basis of natural scientific methods, these Neo-Kantian philosophers focused their attention on the different methods of study applicable to the sciences of nature and history, opting for a formal-logical approach to the controversy over methods (*Methodenstreit*) (BAMBACH, 1995, p.57).

Para Reis (2003, p.10), a tese básica do historicismo, além da diferenciação entre os fenômenos naturais e históricos, reside nos “*atos únicos e irrepetíveis*” da história, resultantes de ações com “*vontade e intenção*” (p.11), enfatizando-se a individualidade vivida que provém de um passado próprio e seu devir. É dessa forma que “*o passado persiste e influi na vida atual [...]*” (p.11).

O conceito de gênero de vida, em La Blache, tem muitas relações com a corrente historicista, principalmente no que tange às particularidades em cada cultura e seu desenvolvimento histórico.

Os historiadores alemães não viam as instituições surgirem de decisões racionais, mas como expressões inconscientes de uma “alma histórica”. Eles queriam apreender o “gênio” de um povo, que aparecia em suas instituições, costumes, valores e biografias. Cada sociedade possui uma legitimidade inscrita em sua estrutura atual, um “espírito” que a envolve, uma atmosfera própria, sem a qual seus membros exilados perdem o sentido do viver (REIS, 2003, p.3-4).

Nesse sentido, há uma pluralidade nos gêneros de vida distribuídos pelo globo. Da mesma forma, para o historicismo,

O historiador observa multiplicidades, descontinuidades históricas. O historicismo aceita a diversidade de éticas, que variam com as épocas e lugares [...] Os valores só se precisam, particularizando-se [...] Cada sociedade cria o seu conjunto de valores que a mantém coesa (REIS, 2003, p.4)

Dessa maneira, criticando o positivismo puro, os cientistas acabam por buscar a especificidade das ciências humanas, separando natureza e história em dois ramos distintos. Essa herança advém de *Kant*, que “[...] *opõe o homem ao cosmo, e faz repousar no aspecto contingente do homem a liberdade [...]*” (MERLEAU-PONTY, 2000, p.40).

Assim,

El neokantismo renovaba, de hecho, la tesis central de Kant, según la cual el espíritu humano toma parte activa en el conocimiento. A partir de aquí, intentaron saber cómo se armonizaban los datos de la experiencia y la capacidad del espíritu humano para conceptualizarlos. Contra el empirismo y positivismo que se les atribuía, los neokantianos afirmaron que el conocimiento, incluso empírico, no es una simple reproducción de los objetos, sino su elaboración por parte del espíritu humano (BERDOULAY, 1983).

Para explicar as relações homem-meio na geografia, que permanecem como temática recorrente, “*aparecem os pares de temas: “[...] liberdade/ necessidade, probabilidade/ determinismo*” (GOMES, 1996, p.194).

Tendo em vista essas discussões, Gomes (1996) esclarece, ao longo de sua obra, que os embates entre um método científico mais objetivo, racional, marcado pela influência positivista, e um método mais subjetivo, que considera particularidades e subjetividades, marca a própria história da ciência, num debate que continua até a atualidade. Na análise desse embate histórico, então, precisamos contextualizar a época em estudo e considerar que a crise do racionalismo positivista, como já explicamos, relaciona-se ao período de crise do capitalismo, por volta de 1870, que acarreta um declínio naquele otimismo burguês, com sua crença em leis evolutivas universais (p.48).

Segundo Ortiz (1991, p.52) nessa época instaura-se uma atmosfera de crises e incertezas. O importante sociólogo Émile Durkheim (1858-1917), por exemplo, acreditava que “*o conflito entre empresariado e classe operária eram [...] indícios de que a sociedade se desintegrava em seu núcleo. As antigas formas de solidariedade tinham [...] ruído e a religião não tinha mais força de aproximar os homens [...]*”.

Assim, igualmente inserida no contexto de busca pela especificidade e sistematização das ciências humanas, a corrente funcionalista, exposta por Émile Durkheim, faz uma releitura do positivismo, criticado em seu sentido puro. Em meio ao contexto de busca pela especificidade das ciências humanas, propõem-se ideias de harmonia e de solidariedade. Suas formulações também tiveram repercussões para a geografia,

principalmente quanto aos conceitos empregados por Vidal de La Blache (GOMEZ et al, 1994, p.62).

O Funcionalismo considera as sociedades como “*unidades funcionais*” (Gomez et al, 1994, p.62). Para estudá-las é necessária uma descrição detalhada, monográfica, dessas unidades particulares, o que romperia com a ideia de leis gerais positivistas. A partir disso, citamos três postulados que se integram: a) Unidade Funcional Terrestre; b) Funcionalismo universal; c) Indispensabilidade (MERTON, 1970, p.91, apud BRAY, 1977, p.30).

O primeiro postulado considera a existência de uma harmonia terrestre, muito ligada ao organicismo da biologia. Assim, os elementos geográficos fariam parte de conexões e solidariedades que pressupõem a harmonia universal. Conectado a essa ideia, o segundo postulado exprime a funcionalidade vital de determinado costume ou modo de vida, contrapondo as teses evolucionistas vigentes, que acentuavam a questão da sobrevivência e os estágios de evolução para a humanidade. Acreditar no progresso, para o funcionalismo, é algo muito mais “sutil” se comparado às teses de um positivismo puro. Há uma experiência acumulada, mas cada civilização possui seu valor, com uma função vital e indispensável.

Por isso, o terceiro postulado exprime que cada um dos itens naturais e culturais, dentro de uma sociedade, preenchem funções geográficas indispensáveis. Essa funcionalidade apresenta-se de forma singular, individualizando os grupos humanos (MERTON, 1970, p.97, apud BRAY, 1977, p.33).

Explicando os conceitos funcionalistas e suas repercussões na geografia, Gomez et al (1994, p.62) escreve que

(...) esa posición supone un decidido rechazo de la concepción estrictamente unilineal de la historia y, en consecuencia, el reconocimiento de procesos funcionalmente diferenciados que constituyen modalidades heterogêneas de desenvolvimentos evolutivos (...) En consecuencia, la perspectiva funcionalista se apoya en el entendimiento de la “realidad” como um conjunto articulado de unidades – históricas, sociales, espaciales, funcionales – claramente diferenciadas y con relativa autonomía funcional, que muestran comportamientos – y requieren estudios – específicos y desiguales.

Acreditamos que a compreensão dos aspectos do pensamento funcionalista é fundamental para o exame dos escritos de La Blache, não só para a análise dos conceitos empregados, mas também pelos aspectos ideológicos presentes. Como ocorre uma releitura do positivismo, muitas de suas características permanecem, já que os funcionalistas

consideram-se livres de noções prévias ou paixões. Bray (1977) acredita, também, que o funcionalismo, preconizando a unidade e a harmonia terrestres, dentro da tentativa de neutralidade, acaba adquirindo traços “*reacionários*” (p.36), já que não considera os antagonismos presentes na sociedade, como a luta de classes. Por isso, os pressupostos funcionalistas muitas vezes acabam glorificando o estado de coisas existentes, a partir de uma análise funcional e harmoniosa, “*alienando-se das contradições da sociedade*” (p.36).

Dessa maneira, Berdoulay (1993, p.22) mostra que todos esses fatores históricos, políticos e filosóficos apresentam-se imbricados. A compreensão das concepções de Vidal de La Blache, então, torna-se complexa. Não podemos esquecer, como dissemos, que suas formulações estão inseridas num contexto de defesa dos interesses do Estado francês.

Para La Blache cada país constituiria uma unidade harmoniosa, com suas várias regiões, marcadas pelo caráter funcional e indispensável. A perda de frações do território, por exemplo, seria uma nódoa nesse organismo harmonioso, que compõe a nação. Além disso, conforme a corrente historicista, “*A ordem moral histórica é sagrada. Feri-la é excluir-se*” (REIS, 2003, p.4).

Nessa ênfase à ideia de nação, “*O povo é uma comunidade cujas raízes mergulham no passado. Somente o ‘espírito de um povo’ é reconhecível. Ele é um modo próprio de ser, construído lentamente ao longo dos séculos, impregnando cada um dos seus membros*” (Reis, 2003, p.5). Além disso, cultivando a “consciência histórica”, “*Para o historicismo, a história serve à educação nacional, para renovar e consolidar o espírito comum aos membros de uma nação*” (p.6). Portanto, o historicismo possuía uma dimensão conservadora que se articulava também, muitas vezes, ao positivismo.

Conforme os preceitos positivistas, a Terceira República francesa seria baseada na ordem, segundo um aspecto conservador. “*The new Republic was to be a bourgeois Republic [...]*” (McMillan, 2003, p.5). Sendo assim, as inúmeras greves do período precisariam ser aplacadas, implantando a ideia de solidariedade e harmonia em todo o território (p.10).

Durante a Terceira República a geografia vidaliana recebe grande prestígio e incentivo. Como já explicado, em meio à complexidade das ideias formuladas, muitas delas vão ao encontro dos interesses do Estado francês, com seu projeto de nação, que aplacava o movimento operário e valorizava as tradições, a fim de manter a ordem e a harmonia no país. Além do mais, a França sofria profundas transformações, sendo interligada principalmente por estradas de ferro, passando de um país agrário para um país industrial e urbano, o que

confere mudanças e descontinuidades no território. Mesmo assim, La Blache preserva a ideia do país como uma unidade harmônica e solidária. Nesse sentido, como escreve Berdoulay (1993, p.22), “[...] *le labeur, l’association, la solidarité y étaient valorisés, tout comme dans l’idéologie républicaine dominante*”.

Ao mesmo tempo, o projeto da Terceira República visava a legitimação da expansão colonial francesa, limitando o forte projeto de expansão da Alemanha. Consequentemente, as críticas às concepções geográficas alemãs colocam a geografia francesa, de certa forma, como uma resposta às formulações positivistas ratzelianas (Moraes, 1998, p.60). Sendo assim, apesar das críticas tecidas pela escola francesa aos geógrafos alemães, não ocorreu um “*divórcio teórico*” entre as duas escolas (Lencioni, 1991, p.103). Isso se torna evidente quando observamos que o estudo do meio continua constituindo o “*ponto de partida*” da pesquisa geográfica (GOMES, 1996, p.200).

Criticam-se, entretanto, os discursos eminentemente naturalistas e generalizadores da geografia alemã, que pareciam trazer o homem como um fator passivo. Contrapondo-se ao determinismo, a geografia francesa preconiza o possível, a criação e a liberdade humana ao longo do tempo (LENCIONI, 1999, p. 85).

Vidal de La Blache, buscando integrar fatores físicos e humanos a fim de atribuir à geografia um caráter de unidade, propõe o método regional, inserindo uma perspectiva histórica e funcional. As relações homem-meio são encaradas, por essa ótica, com uma abordagem recíproca e harmônica, enfatizando o papel do tempo e das tradições. Além de receber influências de seu ambiente o homem se apresenta como fator geográfico, transformando a fisionomia da paisagem a partir das possibilidades que cada meio oferece.

“*Enquanto que, para o determinismo, o homem era apenas um elemento entre os outros, com Vidal, ele se faz mestre dos outros, pois se adapta à natureza e a transforma em seu próprio benefício*” (Gomes, 1996, p.200-201). Percebem-se, então, as influências das posições historicistas, em La Blache. “*Le néokantisme vidalien permettait d’harmoniser géographie et humanisme: l’homme réalise ses intentions dans son interaction avec l’environnement*” (BERDOULAY, 1993, p.22).

Por outro lado, as analogias organicistas, características de uma análise funcional, permanecem nas categorias e conceitos elaborados por La Blache e, muitas vezes, a biologia evolucionista “*ocupa lugar de núcleo explicativo*”, principalmente com o conceito de meio, herança do pensamento ratzeliano (Gomes, 1996, p.214). A Escola Francesa de

Geografia, embora contestando algumas formulações naturalistas e deterministas, herdaria muitos pressupostos positivistas vigentes no pensamento científico da época. Como exemplo, La Blache contesta o discurso claramente político de Ratzel, sublinhando a neutralidade do trabalho científico (MORAES, 1998, p.66).

Podemos dizer, também, como escreve Haesbaert (2002, p.81), que o papel crucial do Estado na geografia política de Ratzel é um tanto minimizado em La Blache.

A “guinada” lablacheana faz com que a centralidade dada por Ratzel ao Estado seja substituída pela relação mais geral entre a sociedade, o homem, o meio, a natureza. Em outros termos, ainda mais amplos: em última instância, é sobre a unidade entre a Geografia Física e a Geografia Humana que La Blache se refere (p.81).

Nesse contexto, a geografia humana na França incorpora questões relativas a outras ciências sociais, como a crítica às formulações de Ratzel, em que se destacaram o sociólogo Durkheim e o historiador Lucien Febvre, com a problemática das influências do meio físico na evolução histórica. É assim que a figura de Paul Vidal de La Blache se torna *“el punto de referencia insustituible en la formación de la escuela geográfica francesa y en desarrollo de una teoría de la geografía humana”* (CAPEL, 1981, p.327).

9. A obra “Princípios de Geografia Humana” e a geografia regional

A cátedra de Geografia na Sorbonne, Paris, foi fundada em 1809 e, na mesma universidade, a cátedra de Geografia Colonial existe desde 1892 (Church, 1957, p.70). Em 1898, M. Himly se retira da Cátedra de Geografia na Sorbonne, que é assumida por Paul Vidal de La Blache (p.72). M. Himly representava a antiga escola de historiadores, que perpetuaram a ideia de geografia como auxiliar da história e praticamente não consideraram as ciências naturais na formação do pensamento geográfico (p.72).

La Blache, em sua aula inaugural, ocorrida no ano de 1899, direciona sua atenção para os estudos regionais e as influências de vários fatores - físicos, históricos, políticos e econômicos - demarcando, para a geografia, metodologias e objetivos diferentes dos apresentados até então (Church, 1957, p.72). Não desconsiderando os fatores históricos, por sua formação inicial, La Blache dirige uma atenção aos fatores físicos, também, como o relevo, a geomorfologia e o clima. É nesse período que, segundo Sanguin (1993, p.177) “[...] *la géographie s’est renouvelée et a atteint un statut scientifique international*”.

Após quatro anos na cátedra de geografia da Sorbonne, La Blache publica o famoso “Tableau de la géographie de la France”, importante obra que sintetiza o pensamento do autor. A obra, com um espírito patriótico, centra-se nas paisagens rurais da França e nos gêneros de vida característicos (SANGUIN, 1993, p.200).

Sendo fundador dos *Annales de Géographie*, em 1891, Vidal de La Blache publica também suas monografias regionais (Church, 1957, p.73). É nos *Annales* que La Blache publica seu artigo “Des Caracteres distinctifs de la Géographie”, em 1913. Nesse artigo, há a apresentação dos princípios dos estudos geográficos, como o estudo da superfície terrestre e o método descritivo (VIDAL DE LA BLACHE, 1982).

Com Paul Vidal de La Blache “[...] *a Geografia atinge um status independente e se consagra como um ramo específico da ciência*” (Lencioni, 1999, p.102). Sendo assim, esse autor procura definir o campo de estudo da geografia mediante a problemática da dualidade entre a geografia física e a geografia humana, como mencionamos. Procura, também, traçar uma concepção integradora entre as ciências naturais e humanas, unidade que se encontrava ameaçada em virtude das dualidades que fizeram parte do próprio pensamento científico e filosófico da época.

Para La Blache,

Conhecemos há muito tempo a Geografia incerta de seu objeto e de seus métodos, oscilando entre a Geologia e a História. Esses tempos passaram. O que a Geografia, em troca do auxílio que ela recebe das outras ciências, pode trazer para o tesouro comum é a aptidão para não dividir o que a natureza juntou, para compreender a correspondência e a correlação dos fatos, seja no meio terrestre que envolve a todos, seja nos meios regionais onde eles se localizam (VIDAL DE LA BLACHE, 1982, p.47).

A unidade da geografia estaria traçada mediante o estudo regional, em que a região aparece como “(...) *integração e síntese dos aspectos humanos e naturais, realizando a unidade homem e natureza*” (LENCIONI, 1999, p.104).

Engendra-se, então, a chamada Geografia Regional Francesa, colocando o conceito de região como foco de unidade. Estabelecer diferenças entre regiões e delimitá-las a partir de critérios muito específicos, com peso dos fatores naturais, seria a essência da geografia, acreditando-se que dessa forma integravam-se fatores físicos e humanos.

Embora essa ideia seja ilusória, pois havia mais uma justaposição de fatores físicos e humanos do que uma integração, a parte histórica e cultural passou a ter maior consideração. O fator humano, porém, continuaria sempre atrelado aos fatores físicos (ANDRADE, 1987, p.64).

Partindo da observação das regiões, La Blache utiliza-se de um aporte teórico e metodológico que não lhe deixa entrar num empiricismo estéril. O autor funda “[...] una verdadera teoría general de las relaciones entre el hombre y la naturaleza” (Berdoulay, 1983). Assim, La Blache cria categorias e noções encadeadas que se enquadram em quatro principais ideias: “*organismo, meio, ação humana e gênero de vida*”- sendo concebidas a partir de um misto de concepções filosóficas (GOMES, 1996, p.198).

La Blache parte do “*princípio da unidade terrestre*” obedecendo a leis gerais que se encadeiam e se combinam de formas específicas em cada região do globo (Vidal de La Blache, 1954, p.30). O meio, por sua vez, seria “[...] *dotado de uma potência tal que pode agrupar, e manter juntamente, seres heterogêneos em correlação recíproca*” (p.34). Dessa maneira, “*Cada região representa um domínio, onde se reuniram artificialmente seres díspares, que aí se adaptaram a uma vida em comum*” (p.34). Diante dessas noções, emprestadas das ciências naturais, age sobre o meio uma força adicional e influente, a ação humana, sendo que o homem é encarado como um fator geográfico “[...] *ao mesmo tempo, activo e passivo*” (p.41).

É nessa relação com o meio que, historicamente, os grupos humanos se constituíram enquanto gêneros de vida diferenciados ao longo do tempo, constituindo uma “herança” em que cada grupo superou obstáculos e exigências específicas. Por isso, insere-se a noção de contingência. *“Os gêneros de vida atuais são, portanto, resultados contingentes dos gêneros de vida anteriores, ao longo de uma cadeia contínua, regida não por uma ideia de necessidade, mas somente de possibilidade [...]”* (Gomes, 1996, p.205). Cada grupo desenvolveu uma forma específica de relação com o meio, mediante várias influências, físicas, históricas e sociais. Isso insere ao conceito de gênero de vida um caráter de singularidade. Historicamente vai formando-se uma unidade, uma harmonia entre o meio e a atividade humana, constituindo o gênero de vida. Nesse momento que as monografias regionais ganham muitos temas a serem descritos, já que em cada gênero de vidas tais características apresentam-se de forma singular.

Acrescentando os elementos humanos, pelo critério de regiões históricas e naturais, Paul Vidal de La Blache acreditava que as regiões constituiriam uma unidade, um organismo compondo o meio físico que daria o “suporte” para os homens e os grupos desenvolverem, ao longo da história, um gênero de vida.

O entendimento das regiões seria fundamental para a compreensão de cada gênero de vida, pois o meio ofereceria os obstáculos e as possibilidades para o homem exercer sua atividade, criar técnicas ou extrair produtos, daí a expressão simplista “possibilismo”, difundida por Lucien Febvre (ANDRADE, 1987, p.70).

É na experiência acumulada que os gêneros de vida, em seu conjunto, respondem por uma “evolução civilizatória”. Nesse sentido, o estudo dos chamados grupos primitivos foi uma vertente das ciências sociais principalmente após a década de 1870. Sanguin (1993, p.337) lembra que Ratzel formulou um mapa exprimindo as populações segundo o grau de dependência em relação à natureza. Já os historiadores traçaram a evolução sócio-econômica dos grupos humanos para explicar suas variações e singularidades.

A herança de cada grupo enquadra-se na luta para superar os obstáculos da natureza e na criatividade para controlá-la e transformá-la. É assim que cada gênero de vida adquire uma feição específica, que relaciona as características do meio às técnicas utilizadas nos transportes, na construção de casas, na alimentação, no vestuário etc. Nesse sentido, La Blache busca compreender como os gêneros de vida se articulam num todo, que constitui a civilização, em suas várias etapas.

É por essa forma que o conceito de gênero de vida passa a embasar a análise da espacialização das sociedades, mediante a ideia de graus de civilização. Nessa concepção, a obra *Princípios de Geografia Humana* reporta, inicialmente, aos povos ditos primitivos. Por isso, a primeira parte da obra é dedicada à explicação da distribuição dos homens na superfície terrestre mediante a “evolução” dos povos. La Blache apresenta também, nesse momento, uma preocupação com a epistemologia da geografia, explicando a noção de região tendo como foco a importância da ação humana, sendo que “[...] o elemento humano é essencial em toda a Geografia” (Vidal de La Blache, 1954, p.27). Com o fator humano e as singularidades dos lugares é que La Blache procura explicar a distribuição dos gêneros de vida pelo globo. Para isso, cita mestres e filósofos, como Humboldt, K. Ritter, F. Ratzel, Aristóteles, Heráclito e Ptolomeu, entendendo a Terra como um organismo, explicável a partir da formulação de leis gerais (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p.30).

A segunda parte da obra trata das diferenças e semelhanças das formas de civilização pelo globo. Há uma análise histórica dos gêneros de vida chamados por La Blache de “grandes aglomerações humanas”, como o Egito, a China e a Índia (Vidal de La Blache, 1954, p.87). Já a terceira parte insere a análise sobre o Mediterrâneo e a Europa, voltando-se à circulação, à construção de estradas e às transformações modernas na paisagem pelo desenvolvimento e inovação dos meios de transporte, sempre com uma visão evolucionista.

A argumentação inicial da obra é interligada às suas conclusões. Primeiramente, La Blache se pergunta por que há áreas povoadas e outras não. Sua resposta leva em conta que algumas regiões foram mais propensas à vida, localizadas ao longo dos cursos de rios, inicialmente na África e na Ásia (Vidal de La Blache, 1954, p.87). Dessa forma, se as regiões áridas ou muito frias foram ocupadas é porque houve uma intensa pressão pelos recursos em áreas mais férteis, impulsionando emigrações (p.88).

Assim, a distribuição dos gêneros de vida pela superfície terrestre tem como base ideias evolucionistas, com povos que se dispersam pela competição em relação aos recursos. Nessa dispersão, ocorreriam isolamentos responsáveis pela diferenciação dos gêneros de vida. Ideia semelhante é proposta por Charles Darwin (2010, p.87), referindo-se às modificações e formações das espécies, a partir da importância dos isolamentos:

O isolamento também desfruta um papel importante na modificação das espécies pela seleção natural. Numa região isolada, e pouco extensa, as condições orgânicas e inorgânicas da existência são uniformes, de maneira tal que a seleção natural propenda a modificar do mesmo modo

todos os indivíduos variáveis da mesma espécie [...] Enfim, o isolamento oferece a uma nova variedade o tempo necessário para se aperfeiçoar lentamente, sendo isso, ponto importante (DARWIN, 2010, p.87).

Desse modo, para La Blache, a distribuição dos homens no globo ocorreria por uma progressão descontínua, produzindo isolamentos. A partir da aglomeração de núcleos humanos ao longo do curso de rios ocorreu uma separação por obstáculos, como montanhas. Em sua obra, o autor considera que “[...] é preciso conceber grandes espaços habitualmente vazios, vastas zonas de isolamento” (Vidal de La Blache, 1954, p.365). Nesse isolamento, em sua relação com o meio, o homem teria engendrado seu modo de vida, levando à criação de técnicas capazes de transformar o ambiente (p.40). Analisados a partir de ideias evolucionistas, esses isolamentos levaram à formação de “raças” que, em vários casos, não cessam de modificar-se.

As origens das principais diversidades de raças escapam-nos [...]. Mas [...] muitos fatos advertem-nos de que a matéria humana conserva sua plasticidade e que, incessantemente modelada pelas influências do meio, é capaz de prestar-se a combinações e formas novas. O trabalho da formação de raças está sempre a fazer-se (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p.373).

Nessa análise, muito próxima ao darwinismo, quando um grupo desloca-se para outra região, *“pela necessidade ou pela força”*, traz consigo seu gênero de vida. *“Poderá conservá-lo, se o novo habitat for semelhante ao antigo. Mas pode verificar-se incompatibilidade entre os seus hábitos e o meio onde ele se estabelece. Novos usos impõem-se”* (SORRE, 1984, p.107).

Segundo a singularidade do povoamento, a construção de casas, por exemplo, ocorreria com materiais que as aglomerações humanas tinham ao seu alcance. Clima e solo determinariam o uso preponderante da madeira, terra ou pedra. Esses materiais, concomitantemente, também guiariam a mão do homem. Como exemplo, o autor diz que no Japão utilizou-se a madeira, pois havia muitas coníferas. Já nas zonas áridas havia terra argilosa, possibilitando a fabricação de tijolos (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p.215-216).

Apesar da possibilidade que o meio oferece de mudança e “evolução” a um gênero de vida, La Blache argumenta que a formação dos isolamentos, porém, pode trazer estagnação.

A série de esforços pelos quais o homem [...] assegurou sua existência parece ter estimulado a inteligência em determinado sentido, de que não mais se desviou. Chega um momento em que esses esforços param; e se nada de novo vem solicitar a actividade, esta adormece sobre os resultados adquiridos. Um período de estagnação sucede a períodos de progresso, tal como aconteceu na China e noutras partes (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p.277).

Em alguns casos, então, a população ficaria estagnada em seus hábitos, assemelhando-se às sociedades animais, por serem presas, historicamente, à mesma forma de interação com o meio (Vidal de La Blache, 1954, p. 80-84). Dessa maneira, a circulação e o contato com outros povos seriam fundamentais, trazendo um estímulo ao progresso das civilizações.

Em acréscimo, segundo o autor o meio europeu teria sido muito mais exigente, por isso a população que lá vive fez um povoamento original, concentrado a principal massa da humanidade, capaz de uma “evolução” mais complexa, constituindo-se, desde tempos antigos, num centro de difusor de inovações (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p.374).

Mediante as argumentações da obra, há culturas rudimentares, pontuais, e outras capazes de transmitir seus progressos, evidenciando a importância do intercâmbio entre gêneros de vida. A Europa ocidental teria apresentado um desenvolvimento quase contínuo, o que não ocorrera com as civilizações da África e da Ásia, habitantes das zonas de deserto e de estepes. Por isso, os europeus teriam como missão alastrar seu “progresso” e “evolução” para outros gêneros de vida (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p.277-278).

Prosseguindo a análise, é importante lembrar que o conceito de gênero de vida não perpassa a neutralidade, como destacado por Lacoste (1997, p.57). As disputas históricas entre potências européias, principalmente entre Alemanha e França, inserem as monografias regionais vidalianas como uma tentativa de justificar o imperialismo francês. Cada país seria considerado uma unidade, com suas várias regiões. As fronteiras seriam algo “dado”, demarcadas principalmente por meios naturais, sendo pertencentes à nação desde tempos imemoriais. Outro exemplo é o conceito biológico de “função” (Capel, 1981, p.275) apropriado por Vidal de La Blache para explicar a dinâmica das regiões, que se constituiriam como organismos vivos, fazendo parte de um conjunto harmônico mais amplo: a nação.

Nas palavras de Vidal de La Blache (1999, p.141),

As relações entre o solo e o homem, na França, são marcadas de um caráter original de antiguidade, de continuidade. Muito cedo os

estabelecimentos humanos parecem ter adquirido ali fixidez; o homem ali se deteve porque encontrou, juntamente com os meios de subsistência, os materiais de suas construções e de suas indústrias.

Algo a ressaltar é que Vidal de La Blache (1999, p.144-145), embora concentre sua análise muitas vezes nos gêneros de vida cristalizados numa paisagem rural, fisionomia onde se notam as permanências, é sensível também às mudanças de sua época, notando as mudanças no espaço urbano e o aperfeiçoamento dos meios de transporte, principalmente em sua obra *La France de l'Est*.

Por fim, La Blache coloca as cidades como o testemunho de civilizações num estágio mais avançado, “[...] *que certas regiões não atingiram, que, possivelmente, não atingirão nunca por si mesmas*” (Vidal de La Blache, 1954, p.280). No contexto da época há um otimismo quanto às maiores possibilidades desse intercâmbio. “*O movimento e a vida aceleram-se constantemente. Uma atração mais forte [...] provocou entre as diferentes regiões da terra uma fermentação que anteriormente não teria sido possível*” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p.361).

Para La Blache a cidade de Paris despontaria com um crescimento harmonioso que deixa visível uma “[...] *unidade urbana mais ou menos perfeita*” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p.384). É nesse ponto que as monografias regionais de Paul Vidal de La Blache acabam ocupando-se de novas questões colocadas, como a circulação, que serão levadas a cabo por seus discípulos, com a produção de monografias urbanas, inclusive no Brasil. Dentro dessa ótica, a crença no progresso e nas conquistas da civilização exprimem, na visão de La Blache, que “[...] *as modificações operadas pela ciência são as mais rápidas: a utopia de ontem é a realidade de amanhã*” (p.361).

10. Discípulos de Paul Vidal de La Blache e as monografias urbanas

Apesar de La Blache ter focado seu estudo nas paisagens rurais, mais simples de se encontrar certa homogeneidade, houve uma preocupação em estudar as mudanças na fisionomia das paisagens, com a urbanização e os gêneros de vida daí resultantes. Segundo Vidal de La Blache (2005, p.113), “[...] *o desenvolvimento crescente da vida urbana já começou a exercer modificações que não são insensíveis sobre os cultivos, os agrupamentos humanos e a fisionomia das regiões [contréess]*”.

Os discípulos de La Blache abordaram vários temas urbanos por meio das monografias regionais, como Max Sorre e Jean Brunhes. Este, *por exemplo*, “[...] *define a cidade como um dos ‘fatos da ocupação improdutiva do solo’, como ‘uma espécie de organismo vivo ao qual se aplicam os métodos comparativos das ciências da observação’*”. (BRUNHES, 1912, p.187-188, apud ABREU, 2002, p.45).

Brunhes dá continuidade à ideia de todo terrestre, de unidade na natureza, buscando leis gerais, utilizando analogias com a biologia, dentro do conceito de organismo. Para ele, a constituição de um centro urbano, por exemplo, se assemelha à constituição de um organismo, com sua singularidade. “*O povoamento de uma região, o desenvolvimento de um centro urbano, são marcados por sucessões de fenômenos que lembram os fenômenos característicos dos seres dotados de vida*” (Brunhes, 1962, p.29). O autor considera, então, que a cidade passa por um movimento, uma evolução, sem deixar de considerar sua história, a partir de regressões e progressões (p.32). O autor se pergunta: “*Qual é o passado dessa cidade e qual é o seu crescimento?*” (p.29).

Segundo as diretrizes propostas por Vidal de La Blache, a análise da cidade parte, também, da análise de seu meio físico, de suas relações e encadeamentos dentro do todo. Por isso, Brunhes (1962, p.38) escreve que “[...] *uma cidade não é uma unidade independente: depende do solo em que se edifica, do clima a que se acomoda, do meio que a faz viver [...]*.” Mesmo partindo a análise do meio físico, Brunhes enfatiza importância da atividade humana, ora sofrendo a influência do meio, ora agindo sobre ele, constituindo uma “*nova força*” (p.41).

Há preocupações, também, com a análise da circulação. Por isso, segundo Brunhes, quando as condições físicas de uma cidade favorecem a circulação, maior a chance de crescimento dela, para tornar-se um grande centro urbano, populoso (Brunhes, 1962, p.135).

Sendo assim, *“A grande cidade merece ser estudada, em si mesma e por ela mesma, como fato excepcionalmente importante da instalação humana”* (p.140). Quanto ao método de estudo, a cidade deve ser encarada como um organismo vivo, *“ao qual se aplicam os métodos comparativos das ciências de observação* (p.141).

P. Deffontaines, discípulo de Brunhes, chega ao Brasil em 1934, *“como membro da ‘missão francesa’ que veio ajudar a fundar a Universidade de São Paulo [...]”* (Abreu, 2002, p.45). Assim, a geografia francesa, sob a perspectiva da análise regional, influenciou também a geografia brasileira, com estudos dedicados ao país e às sínteses urbanas, chamadas também de monografias urbanas (p. 46).

Levando em consideração a história da ocupação do Brasil, um país que se constituiu como essencialmente agrícola, as cidades tiveram origem a partir de isolamentos, com iniciativa da igreja e de fiéis que doavam patrimônios. Nessa análise histórica, *“O Brasil deve a maioria das suas cidades a atos de vontade humana”* (DEFFONTAINES, 1944, p.306).

Para a geografia urbana, Deffontaines (1952, p.16) traz a ideia de combate entre o homem e a natureza, resultando na formação de aglomerações e de cidades. *“A mais bela história é a do longo combate em que a caravana humana se empenha contra o meio físico, cada geração trazendo o seu auxílio.”* Insere-se uma luta para a conquista das florestas, montanhas e mares. Por isso, a ocupação da cidade do Rio de Janeiro representaria uma *“vitória urbana”* (p.161), em que foi necessária a luta contra os elementos hostis da natureza, com a necessidade de controlar a drenagem da região. Realizando estudos urbanos centrados no Rio de Janeiro, Pierre Deffontaines analisa a conquista e a luta empregada pela atividade humana nessa cidade.

Como conseqüência final do inquérito, conseguir-se-á um conhecimento seguro da grandeza do trabalho do homem, contra o rio, suas seccas e suas inundações, contra a montanha, contra a floresta...e, d’ahi uma meditação profunda sobre o orgulho e a humildade da obra humana na terra! (DEFFONTAINES e OLIVEIRA, 1936, p.29)

Deffontaines (1952) concebe a geografia humana, segunda sua herança intelectual, como o estudo do homem em sua atividade transformadora da *“fisionomia terrestre”*, levando à formação dos diferentes gêneros de vida (p.11).

São esses gêneros de vida que serão estudados na análise de Deffontaines sobre o Brasil, entendendo *“[...] o fazendeiro, o caboclo, o caiçara, os operários, o jornaleiro, o*

mascate e outros” como gêneros de vida que convivem em harmonia, dentro de análise semelhante enquadrada no positivismo funcionalista (Bray, 1993, p.61). É assim que a ideia de uma análise harmoniosa e de solidariedade entre cada elemento de um sistema orgânico permanece. Dentro dos elementos desse sistema, os “tipos humanos” do Brasil, elencados por Deffontaines, serão considerados gêneros de vida em convivência harmoniosa, análise bem semelhante à ideologia da democracia racial e social vigente no contexto brasileiro da década de 1930 (p.59).

Em prosseguimento, como parte da mesma missão francesa, P. Monbeig também “foi grande mestre da primeira geração de geógrafos universitários paulistas”, tendo contribuído muito para a geografia brasileira (Abreu, 2002, p. 45). O artigo de P. Monbeig, *O estudo geográfico das cidades*, “é considerado hoje uma obra clássica, pois orientou, por longo tempo, a maior parte da produção geográfica urbana no Brasil” (p.46).

Seguindo as diretrizes propostas pela geografia lablachiana, Monbeig concebe a cidade como um organismo que, ao longo do tempo, foi modificado pela obra humana, superando os obstáculos naturais. Por isso, o ponto de partida desse estudo é a análise do meio físico, como o clima e o relevo. A partir dele a obra humana pôde agir, de acordo com certas escolhas. Para o autor, “[...] a cidade nascida da vontade humana é construída e desenvolve-se num quadro natural, e devem ser levados em conta igualmente os dois parceiros dêste ‘match’ eterno” (p.8). Nesse sentido, a cidade “[...] é o resultado do trabalho dos homens, abríga-os e fá-los viver” (p.16).

[...] o grupo humano apodera-se sempre do meio, quer vindo a dominá-lo, quer preferindo adaptar-se a ele, o que constitui ainda uma maneira de vencê-lo. Mas, como a cultura de um grupo evolui, sua paisagem também evolui: o mesmo suporte natural viu sucederem-se paisagens diferentes (MONBEIG, 2004, p.111).

Utilizando, também, o conceito de gênero de vida, Monbeig parte da ideia de região natural para estudar as modificações advindas à paisagem pela ação humana. Nesse sentido, também há a ideia de luta e de conquista. Por exemplo, “[...] é na luta contra o elemento aquático que os homens manifestam mais nitidamente sua capacidade de agente geográfico, criador da paisagem” (MONBEIG, 2004, p.112).

Em suma, para Monbeig (2004, p.117),

Ver como a paisagem é o reflexo da civilização, tal é uma das principais tarefas do geógrafo; é um trabalho de análise que ele precisa fazer para distinguir o que provém do solo, do clima e também da técnica agrícola, da organização social. A análise da paisagem apresenta-se como o jogo de quebra-cabeça; mas, enquanto o jogo se torna logo fastidioso, é apaixonante o estudo da paisagem: apaixonante porque nos põe em contato com a humilde tarefa quotidiana e milenar das sociedades humanas; ela mostra o homem lutando sem cessar para aperfeiçoar-se. E no momento preciso em que nos sentiríamos inclinados ao desespero, dá coragem e confiança nos destinos da humanidade.

Quanto às monografias urbanas, Monbeig traça diretrizes, estudando a “evolução urbana”, sua gênese e função, dentro da concepção de organismo. Cada bairro, por exemplo, é uma singularidade, possui uma fisionomia própria, mas está integrado no todo, que compõe a cidade (p.18). Como escreve Ab’Saber (1944, p.228), Monbeig introduz vários conceitos em geografia urbana, dentro de uma concepção holística, como os conceitos de *“sítio urbano, posição geográfica e estrutura espacial das funções urbanas”*. Além disso, *“Monbeig intentou, com extraordinária clarividência, acrescentar à metodologia sociológica e urbanística o ponto de vista geográfico”* (p.228).

Como resultado, o método regional adotado e as monografias urbanas produzidas no Brasil e no mundo acabam preservando muitas das características propostas por Vidal de La Blache, enfatizando a fisionomia da paisagem mas deixando de abordar, determinadas vezes, as relações sociais contraditórias existentes em determinada região, por pressupor uma análise harmoniosa.

Disso resultava um trabalho rico em termos de descrição da paisagem, correto quanto ao tratamento cartográfico e estatístico, preciso no estabelecimento de relações entre os condicionantes naturais e o objeto material que era a cidade, mas deficiente no que toca à compreensão dos processos sociais que aí tinham lugar. Era como se o mundo do social não pertencesse à geografia, a não ser quando se concretizasse materialmente na paisagem (ABREU, 2002, p.46-47).

Para Santos (2001, p.5), porém, os anos de 1940 trazem uma tradição que considera a cidade como um organismo, como um todo. Um ponto positivo na interpretação urbana, já que, na atualidade, *“Houve o abandono dessa tradição, que traz como consequência a própria fragmentação da administração urbana”* (p.5).

Dessa maneira, as concepções da geografia francesa e o método regional acabam por influenciar, também, a geografia brasileira. Por isso, não podemos perder de vista o

contexto das ideias propostas pelo método regional, que procurava a harmonia no território, alienando-se, muitas vezes, das contradições presentes. Precisamos, portanto, resgatar o contexto de formação da Escola Geográfica Francesa e as repercussões de seus trabalhos, já que ocuparam lugar central, em muitos momentos, na explicação das paisagens.

11. Conclusão

Várias questões são constantemente recolocadas na obra de Paul Vidal de La Blache, como as referências ao positivismo e a crença no progresso, ao mesmo tempo em que posturas historicistas, que valorizam a liberdade humana e a singularidade de cada cultura entram em foco. Podemos, então, citar Gomes (1996, p.222), colocando a obra de Paul Vidal de La Blache como *“Nem moderna, nem tradicional”, pois ela “[...] incorpora a perpetuidade relativa das grandes referências de um passado, em que se pode encontrar tantas maneiras de interpretar, quanto os pontos de vista daqueles que a examinam”*.

Sendo assim, podemos dizer que a construção da geografia humana, em La Blache, recebeu influências complexas. Em geral há certo declínio no prestígio da corrente positivista e de suas bases epistemológicas, marcando uma crise na unidade da ciência geográfica. Nesse contexto, a busca pela preservação da especificidade na geografia, presente em La Blache, é marcada por um intenso cruzamento de influências, que fazem uma releitura do positivismo, inserindo também outras perspectivas, como o historicismo neokantiano.

Gomes (1996, p.192-194) considera a existência de tensões e relações históricas entre dois polos epistemológicos no pensamento geográfico, que se evidenciam nas concepções lablachianas. Por isso, esse autor enxerga, justamente, o cruzamento de correntes filosóficas como um talento de La Blache, pois garante certa coerência interna nas reflexões, revelando as discussões da própria época, que de certa forma se estendem até o presente, como os limites e métodos da racionalidade positivista (p.221-222).

Santos (2001, p.6), também aponta, resgatando a atualidade dessa discussão, que “[...] nós temos que distinguir, como dizem os filósofos, entre ação contingente e ação possível. Se eu não reconhecer essa dualidade do ser humano, não tenho futuro”.

Nessa articulação, acreditamos que pode-se chegar a um maior entendimento do saber científico, na passagem do século XIX ao XX, e de suas repercussões para as diretrizes do pensamento geográfico, se considerarmos que é no complexo intercruzamento entre correntes filosóficas, metodológicas, e no contexto da luta imperial que se configura a Escola Francesa de Geografia, com a contribuição central de Paul Vidal de La Blache para o estabelecimento da geografia humana.

12. Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, N. **História da filosofia**. 2. ed. Lisboa: Presença, 1978, V. XI.

_____. **História da filosofia**. 2. ed. Lisboa: Presença, 1978, V. XII.

AB'SABER, A. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. **Revista de estudos avançados**, São Paulo, V. 8, n° 22, p. 221-232, 1994.

ABREU, M. de A. “A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises, superações”. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi. (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002, p. 42-59.

ANDRADE, M. C. de. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução a análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.

BAMBACH, C. R. **Heidegger, Dilthey, and the crisis of historicism**. Ithaca: Cornell Univ., 1995.

BERDOULAY, V. “Perspectivas atuais do possibilismo: de Vidal de La Blache a la ciencia contemporánea”. In: **Cuadernos críticos de geografía humana – Geocrítica**. Barcelona: Ano VIII. N° 47, Setembro de 1983. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/geo47.htm>>, acesso em jan/2012.

_____. “La Géographie Vidalienne: entre texte et contexte”. In: **Autour de Vidal de La Blache: la formation de l'école française de géographie**. CLAVAL, P. (org.). Paris: CNRS, 1993, p.19-26.

BONNEFONT, J. “La Lorraine dans l'oeuvre de Paul Vidal de La Blache”. In: **Autour de Vidal de La Blache: la formation de l'école française de géographie**. CLAVAL, P. (Org.). Paris: CNRS, 1993, p.81-88.

BRAVERMAN, H.; CAIXEIRO, N. C. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRAY, S. C. "A visão do mundo de Pierre Deffontaines e a ideologia da cultura brasileira nos anos 30". In: **Revista GEOGRAFIA** (Associação de Geografia Teorética), Rio Claro, n.18, out/1993, p. 53-67.

_____. **Os postulados da análise funcionalista na geografia e seus aspectos ideológicos**. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n.54. São Paulo: AGB, 1977, p.29-37.

BRUNHES, J. **Geografia humana**. Ed. abrev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura, 1962.

CAPEL, H. S. **Filosofia y ciência em la geografia contemporánea: una introduccion a la geografia**. 3. ed. Barcelona: Barcanova, 1988, c1981.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CHURCH, R. J. H. "The French school of geography". In: GRIFFITH, T.; KENNETH, H. (Orgs.). **Geography in the twentieth century: a study of growth, fields, techniques, aims, and trends**. 3rd ed. New York, N.Y.: Philosophical Library, [1957].

CLAVAL, P. "Préface". In: SANGUIN, A. **Vidal de La Blache (1845-1918): un génie de la géographie**. Paris: Éditions Belin, 1993, p.7-9.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.3-39.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.

DARWIN, C. **A origem das espécies**. 1. ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

DEFFONTAINES, P. **Geografia humana do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1952.

_____. “Como se Constituiu no Brasil a Rêde de Cidades”. In: Rio de Janeiro: **Boletim Geográfico**, v. 2 (14), 1944, p. 299-308.

DEFFONTAINES, P.; OLIVEIRA, C. A. B. de. “Pequeno guia do viajante ativo”. In: **Geografia**, São Paulo, ano II, n. 4, 1936.

FABRÍCIO, D. C. B.; VITTE, A. C. “Resenha da obra ‘princípios de Geografia Humana’, de Paul Vidal de La Blache”. In: **Revista Geografia & Pesquisa**, Universidade Estadual Paulista: Ourinhos, v.5, n.2, 2011, p.119-124.

FABRÍCIO, D. C. B.; VITTE, A. C. “Paul Vidal de La Blache e a geografia francesa: do contexto histórico às monografias urbanas”. In: **Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, n.6. Núcleo de Estudos de História Social da Cidade – NEHSC – PUC-SP: São Paulo, junho, 2011, 18p.

[online:<http://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/10302/7691>].

FABRÍCIO, D. C. B., VITTE, A. C. “O evolucionismo como método científico no final do século XIX e suas relações com a ideologia imperialista européia”. In: Caderno de resumos do X Congresso Aberto aos estudantes de biologia, 2011, Campinas/Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas. –Campinas, SP: Comissão Associada aos Estudantes de Biologia, 2011.

FABRÍCIO, D. C. B.; VITTE, A. C. “O contexto filosófico e histórico em Paul Vidal de La Blache”. In: VI Semana de Geografia da Unicamp, 1., 2010, Campinas. Anais...Campinas: [online: <http://www.ige.unicamp.br/cact/semana2010/anais>].

FABRÍCIO, D. C. B.; VITTE, A. C. “Paul Vidal de La Blache e a construção da Geografia Humana: tensões e relações entre o Historicismo Neokantiano e o Evolucionismo Positivista”. In: XI Semana da Geografia e VI Encontro de Estudantes de Licenciatura em

Geografia da FCT/UNESP, 2010, Presidente Prudente. Anais... PresidentePrudente: [on line: <http://www4.fct.unesp.br/semanas/geografia/ideownload.html>].

GAILLARD, J. "Violencia social e integración nacional". In: **Historia de un continente: Europa desde 1850**. GAILLARD, J.; ROWLEY, A. (Orgs.). Madrid: Alianza Editorial, 2000, p. 93-163.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOMEZ, J. M. et al. **El pensamiento geografico: estudio interpretativo y antologia de textos: (de Humboldt a lãs tendências radicales)**. 2. ed. corr. y aum. Madrid: Alianza Editorial, c1994.

GURVITCH, G. **Los fundadores de la sociologia contemporánea: Comte, Marx, Spencer, Saint-Simon y Proudhon**. Barcelona: Hacer, 2001.

HAESBAERT, R. "La Blache, Ratzel e a *Geografia política*". In: **Revista GEOgraphia**, V. 4, nº7. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2002, p.81-83. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/issue/view/8>>, acesso em Jan/2012.

HIRST, P. Q. **Evolução social e categorias sociológicas**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, [1977].

HOBSBAWM, E. J. **A Era do capital, 1848-1875**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **A Era dos Impérios, 1875-1914**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

LACOSTE, Y. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

LANDES, D. S. **Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até nossa época.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LENCIONI, S. **Região e geografia.** São Paulo: EDUSP, 1999.

LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.** São Paulo: Busca Vida, 1987.

_____. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

MAMIGONIAN, A. "Neodarwinismo social e múltiplas tensões do capitalismo em crise." In: **Revista Adusp**, nº18, São Paulo, Out./1999, p.36 - 40.

McMILLAN, J. F. "Introduction: Republic and nation in the *belle époque*". In: **Modern France: 1880-2002.** McMILLAN, J. (Org). Oxford: Oxford University, 2003, p.1-11.

MERLEAU-PONTY, M. **A natureza: curso do College de France.** São Paulo, SP: Martins Fontes, 2000.

MONBEIG, P. O estudo geográfico das cidades. In: *Boletim Geográfico.* Rio de Janeiro: IBGE, ano I, nº7, p.7-29, out. 1943.

_____. **Novos estudos de geografia humana brasileira.** São Paulo, SP: DIFEL, 1957.

_____. “A Paisagem, Espelho de uma Civilização”. In: **Revista GEOgraphia**, V. 6, nº11. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2004, p.109-117. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/147/142>>, acesso em Fev/2012.

MORAES, A. C. R.; FERNANDES, F. “A antropogeografia de Ratzel: indicações”. In: **Ratzel: geografia**. MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo: Ática, 1990, p. 7-27.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena historia crítica**. 16. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**. São Paulo, SP: Contexto, 2008, v.1.

ORTIZ, R. **Cultura e modernidade: a França no século XIX**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

RATZEL, F. “**O solo, a sociedade e o Estado**”. In: Revista do Depto. de Geografia. São Paulo, FFLCH-USP, n. 2, 1982, p.93-101.

REIS, José Carlos. **Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais**. Londrina: EDUEL, 2003.

SALIBA, E. T. “A dimensão cômica da vida privada na República”. In: **História da vida privada no Brasil**. NOVAIS, A. F. (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 3v, 1998, p. 289-365.

SANGUIN, A. **Vidal de La Blache (1845-1918): um génie de la géographie**. Paris: ÉditionsBelin, 1993.

SANTOS, M. “Quem está na frente é o povo” – entrevista. In: **Cadernos Le Monde Diplomatique**. Especial nº2: Um outro mundo é possível. São Paulo: Instituto Abaporu; Instituto Pólis; Veraz Comunicação. Janeiro/2001, p.4-7.

SORRE, M. “A noção de Gênero de vida e sua evolução. In: MEGALE, J. F. (Org.). **Max Sorre**. São Paulo: Ática, 1984, p.99-123.

SPENCER, Herbert. **Do progresso: sua lei e sua causa**. Lisboa: Inquérito, 1939.

SZMRECSÁNYI, T. “Esboços de História Econômica da Ciência e da Tecnologia”. In: **Da Revolução Científica à Big (Business) Science**. SOARES, L. C. (Org.). São Paulo: Hucitec/Eduff, 2001, p. 155-200.

VIDAL DE LA BLACHE, P. “Os gêneros de vida na Geografia Humana”. In: **Revista GEOgraphia**, V. 7, nº13. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2005, p.113-130.

Disponível em:

<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/182/174>>, acesso em Jun/2012.

_____. “Quadro da Geografia da França: Introdução”. In: **Revista GEOgraphia**, V. 1, nº1. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1999, p.141-145. Disponível em:

<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/12/10>>, acesso em Jan/2012.

_____. “As características próprias da Geografia”. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982, p.37-47.

_____. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa, Edições Cosmos, 1954.

VITTE, A. C. **Pierre Gourou e a geografia tropical francesa**. In: II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. Anais do II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. São Paulo, FFLCH-USP, 2009, p. 1-18.